COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

PROJETO DE LEI Nº 5.534, DE 2005.

Torna obrigatória a proteção contra radiação ultravioleta nos óculos de sol e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado MURILO ZAUITH

I - RELATÓRIO

O Projeto em epígrafe, de autoria do ilustre Senador Jonas Pinheiro, estabelece que os óculos de sol, inclusive os equipados com lentes corretivas, comercializados no País deverão oferecer proteção contra a radiação ultravioleta, cujo nível será definido em regulamento.

Ao revogar o Decreto-Lei nº 8.829, de 24 de janeiro de 1946, isenta os estabelecimentos que comercializam óculos equipados com lentes não-corretivas de autorização ou licença para exercer tal atividade, emitida pela autoridade sanitária competente.

Determina, ainda, o prazo de 180 dias para que a lei entre em vigor.

Em sua justificção, o nobre autor da matéria discorre sobre os efeitos deletérios da incidência direta dos raios ultravioleta no olho humano e sobre a função dos óculos de sol, que oferecem proteção contra essa radiação.

No Senado Federal, a proposição – que recebeu o nº 512, em 9 de dezembro de 2003 - foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais, tendo sido aprovada, em caráter terminativo.

A matéria em questão foi encaminhada a esta Casa em 29 de junho de 2005, sendo distribuída às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Coube-nos, nos termos do art. 32, inciso VI, a honrosa tarefa de relatar o aludido Projeto, o qual, no prazo regimental, não recebeu emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa possui indiscutível mérito sanitário. A proteção proporcionada pelo uso de óculos de sol equipados com filme protetor contra a radiação ultravioleta (UVA) reduz a incidência de lesões oculares – como a catarata, o carcinoma de conjuntiva e a degeneração macular senil - conforme mencionado na circunstanciada justificativa do Projeto em tela.

A esse respeito, cabe destacar que a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABTN) baixou a Norma NBR 15111, elaborada pelo Comitê Brasileiro de Óptica e Instrumentos Ópticos, que estabelece as características físicas para óculos de sol e filtros de proteção solar, que não sejam lentes para óculos corretivos, previstos para uso geral na proteção contra radiações solares.

Quanto ao mérito econômico, ao qual devemos nos ater, de acordo com o inciso VI, do art. 32 do Regimento Interno, cabe-nos tecer algumas considerações acerca da matéria.

O grande número de consumidores que, atualmente, compram óculos de sol desprovidos de proteção contra os raios ultravioletas - acreditando estar resguardados dos efeitos nocivos provocados pela exposição

direta dos olhos aos raios solares – tem elevado a incidência de doenças oftálmicas no Brasil. Exemplo desse fenômeno é revelado por dados recentes do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Estima-se que aproximadamente 2,9 milhões de brasileiros com mais de 65 anos de idade apresentem casos de degeneração macular. Com o aumento da expectativa de vida, é natural que este número se eleve.

Do ponto de vista econômico, há que se considerar o duplo impacto causado por essas doenças. O comprometimento das condições de saúde ocular da população, somado à nítida tendência de incremento de tais lesões, traduz-se em significativa demanda por assistência oftalmológica, prestada inclusive pelo sistema público de saúde, resultando no aumento dos gastos relacionados ao tratamento desses agravos. Adicionalmente, é preciso atentar para a possível perda de produtividade associada ao acometimento de doenças oftálmicas e seus reflexos para a economia como um todo. Por esses motivos, consideramos que a iniciativa sob exame apresenta inegável mérito econômico.

Ademais, em concordância com o Projeto, julgamos desnecessária a exigência de que óculos de sol sem grau sejam comercializados tão somente em estabelecimentos especializados, os quais são obrigados a obter autorização para a comercialização desses produtos junto ao órgão sanitário competente. O relaxamento dessa obrigatoriedade deve trazer benefícios ao consumidor – relacionados à maior facilidade de acesso a esse produto – sem causar malefícios à saúde, já que, para a compra de óculos de sol sem grau, não é necessária prescrição médica nem cuidados técnicos que justifiquem sua comercialização apenas por estabelecimentos licenciados.

Por fim, para assegurar o cumprimento dos dispositivos contidos na proposição, acreditamos oportuno que a mesma preveja penalidade a ser aplicada ao estabelecimento comercial infrator da lei, bem como apontar órgão competente para exercer atividade fiscalizatória.

Ante o exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.534, de 2005, com as emendas anexas.**

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado MURILO ZAUITH
Relator

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO.**

PROJETO DE LEI Nº 5.534, DE 2005.

Torna obrigatória a proteção contra radiação ultravioleta nos óculos de sol e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo 3º, renumerando-se os subseqüentes:

“Art. 3º Caberá ao órgão sanitário competente fiscalizar o cumprimento desta lei.”

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado MURILO ZAUITH
Relator

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO.**

PROJETO DE LEI Nº 5.534, DE 2005.

Torna obrigatória a proteção contra radiação ultravioleta nos óculos de sol e dá outras providências.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo 4º, renumerando-se os subseqüentes:

“Art. 4º O descumprimento desta lei constitui infração sanitária, sujeitando os infratores às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.”

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado MURILO ZAUITH
Relator